

2 ESTADO DO MARANHÃO PODER JUDICIÁRIO 2ª CÂMARA CRIMINAL SESSÃO VIRTUAL
REALIZADA NO INTERVALO DE 27/07/2023 A 03/08/2023 HABEAS CORPUS Nº
0805602-80.2023.8.10.0000 Paciente : José Ribamar Cordeiro Filho
Advogado : Raimundo Silva Santos (OAB/MA 6.086) Impetrado : Juízo de
Direito da Vara Especial Colegiada dos Crimes Organizados da Comarca de
São Luís/MA Enquadramento : art. 2º, da Lei nº 12.850/2013, art. 297 c/c
art. 29, todos do CP EMENTA HABEAS CORPUS. INTEGRAR ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA.
FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO PÚBLICO (ART. 2º, § 3º, DA LEI Nº 12.850/2013,
ART. 297, C/C, ART. 29, DO CP). PRISÃO PREVENTIVA. AUSÊNCIA DE
FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. VERIFICAÇÃO. PRIMARIEDADE E BONS ANTECEDENTES.
RELEVÂNCIA. ORDEM CONCEDIDA, EM PARTE, MEDIANTE APLICAÇÃO DE CAUTELARES. I
– Embora decretada a prisão preventiva, em obediência ao disposto no art.
312 do Código de Processo Penal, sua manutenção importa, na espécie,
constrangimento ilegal, mormente quando possíveis a aplicação de medidas
cautelares diversas da prisão. II – No caso, não restou devidamente
comprovada a real necessidade da manutenção da prisão preventiva do
paciente, bem como não há evidência de qualquer prejuízo à garantia da
satisfação da tutela jurisdicional. III – Além do mais, no caso em
concreto, as condições subjetivas favoráveis do paciente, a saber:
primariedade, bons antecedentes, residência fixa, aliadas ao caráter
excepcional da prisão preventiva, sem a demonstração do risco que a
liberdade de o ora paciente geraria ao seu meio circundante ou ao
processo, a soltura dele é medida que se impõe. IV – Ordem parcialmente
concedida para revogar a custódia preventiva do paciente, com a imposição
das medidas cautelares previstas no art. 319, I, IV, V e IX, do Código de
Processo Penal. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de
Habeas Corpus nº 0805602-80.2023.8.10.0000, em que figuram como partes os
retromencionados, ACORDAM os Senhores Desembargadores da Segunda Câmara
Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, por votação
unânime, em desacordo com o parecer da Procuradoria Geral de Justiça –
PGJ, em CONCEDER PARCIALMENTE A ORDEM IMPETRADA, nos termos do voto do
Desembargador Relator. Votaram os Senhores Desembargadores Francisco
RONALDO MACIEL Oliveira (Presidente/relator), José Luiz Oliveira de
Almeida (vogal) e pelo Des. Sebastião Joaquim Lima Bonfim (substituindo o
Desembargador Vicente de Castro) Sessão Virtual da 2ª Câmara Criminal do
Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, de 27/07/2023 a 03/08/2023.
Funcionou pela Procuradoria-Geral de Justiça, a Dra.Ligia Maria Silva
Cavalcanti. São Luís, 03 de agosto de 2023. Desembargador Francisco
RONALDO MACIEL Oliveira Relator (HCCrim 0805602-80.2023.8.10.0000, Rel.
Desembargador (a) FRANCISCO RONALDO MACIEL OLIVEIRA, 2ª CÂMARA CRIMINAL,
DJe 25/08/2023)